

Estatísticas Monetárias e de Crédito

Nota para a Imprensa

25.2.2026



**BANCO CENTRAL
DO BRASIL**

1. Crédito ampliado ao setor não financeiro

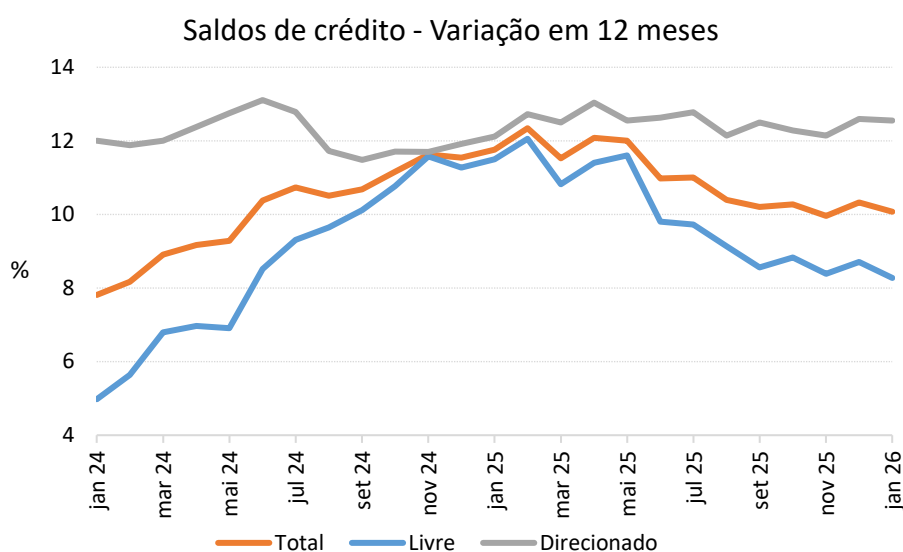
Em janeiro, o saldo do crédito ampliado ao setor não financeiro alcançou R\$20,8 trilhões (162,6% do PIB), com ligeira queda no mês, -0,3%, devido principalmente à redução dos saldos dos empréstimos externos, -3,4%, impactados pela apreciação cambial de 4,95%. Na comparação interanual, o crédito ampliado cresceu 12,6%, prevalecendo as elevações da carteira de empréstimos do SFN, 9,9%, e dos títulos públicos de dívida, 19,1%.

O crédito ampliado a empresas atingiu R\$7,0 trilhões (54,7% do PIB), diminuição de 1,2% no mês, com redução nos empréstimos do SFN (2,0%, de caráter sazonal) e nos empréstimos externos (3,4%). Em relação a janeiro de 2025, a expansão de 7,0% do crédito ampliado a empresas refletiu principalmente os aumentos de 16,5% em títulos de dívida.

O crédito ampliado às famílias alcançou R\$4,8 trilhões (37,7% do PIB) em janeiro, com variações positivas de 0,8% no mês e de 11,7% em doze meses, em função do incremento nos empréstimos do SFN.

2. Operações de crédito do Sistema Financeiro Nacional (SFN)

O saldo das operações de crédito do SFN totalizou R\$7,1 trilhões em janeiro, com diminuição de 0,2% no mês. Esse resultado decorreu da redução de 1,7% no saldo da carteira de crédito às pessoas jurídicas, em contraposição ao incremento de 0,7% no de pessoas físicas, com esses estoques alcançando, respectivamente, R\$2,7 trilhões e R\$4,5 trilhões. Na comparação com o mesmo período do ano anterior, o saldo do crédito do SFN em janeiro desacelerou, com avanço de 10,1% ante 10,3% observado em dezembro de 2025. Na mesma base de comparação, os saldos do crédito às empresas apresentaram ritmo de crescimento similar ao anterior, com incremento de 8,3% ante 8,2%. Já o crédito às famílias desacelerou de 11,7% para 11,1%.

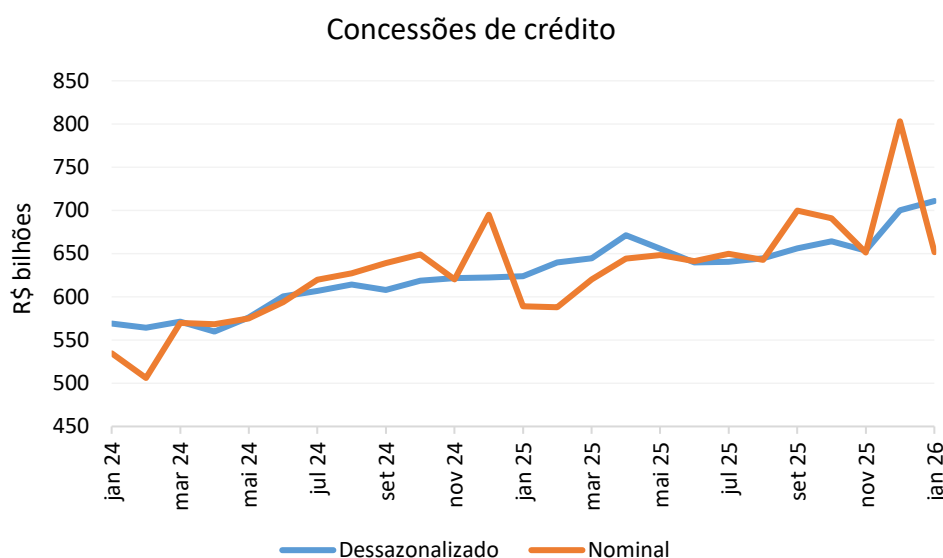


O saldo das operações de crédito com recursos livres atingiu R\$4,1 trilhões em janeiro, redução de 0,9% no mês e incremento de 8,3% em doze meses. No crédito livre às empresas, o saldo totalizou R\$1,6 trilhão, com redução de 3,2% no mês e alta de 2,4% em doze meses. Neste contexto, destacam-se a queda sazonal na carteira de desconto de duplicatas e outros recebíveis (-16,7%) bem como a diminuição no

saldo do capital de giro total (-1,1%). Em sentido oposto, o crédito livre às famílias avançou 0,5% no mês

e 12,4% em doze meses, motivado, principalmente, pelos incrementos das carteiras de crédito pessoal consignado para trabalhadores do setor privado (8,6%) e financiamento para aquisição de veículos (1,6%).

O saldo do crédito direcionado alcançou R\$3,1 trilhões em janeiro, com expansão de 0,8% no mês e de 12,6% comparativamente ao mesmo período do ano anterior. O crédito direcionado às pessoas jurídicas somou R\$1,1 trilhões, com altas de 0,5% no mês e de 18,5% em doze meses. Na mesma ordem, o crédito direcionado às famílias cresceu 0,9% e 9,6% ao totalizar R\$2,0 trilhões.



As concessões nominais de crédito alcançaram R\$651,5 bilhões em janeiro. Após ajuste sazonal, as concessões totais expandiram 1,5% no mês, com elevações de 2,2% nas operações com pessoas jurídica e 1,6% nas operações pactuadas com pessoas físicas. No acumulado em doze meses até janeiro de 2026, as concessões nominais variaram 9,4%, sendo 9,7% nas operações com

empresas e 9,1% nas com famílias. As concessões médias diárias em janeiro diminuíram 15,0% no mês.

A taxa média de juros das novas contratações subiu 0,7 p.p. no mês e 2,9 p.p. em doze meses, alcançando 32,8% a.a. O spread bancário das novas contratações atingiu 21,9 p.p., com elevação de 0,8 p.p. no mês e de 3,5 p.p. comparativamente a 2025.

No crédito com recursos livres, a taxa média de juros atingiu 47,8% a.a. em janeiro, com elevações de 1,2 p.p. no mês e de 5,3 p.p. em doze meses. Nas operações com as pessoas jurídicas, a taxa média situou-se em 25,2% a.a., com incremento de 1,6 p.p. no mês e 1,1 p.p. em 12 meses. Esse desempenho foi influenciado, basicamente, pelo aumento sazonal das taxas médias de desconto de duplicatas e outros recebíveis e pelo incremento de outras modalidades, como capital de giro com prazo superior a 365 dias, cheque especial e cartão rotativo.

No crédito livre às pessoas físicas, a taxa média de juros alcançou 61,0% a.a., com acréscimos de 0,9 p.p. no mês e de 6,7 p.p. em doze meses. Destacaram-se elevações das taxas das operações de cartão de crédito parcelado (+6,8 p.p.), crédito pessoal não consignado (+1,5 p.p.), financiamento para aquisição de veículos (+1,3 p.p.) e crédito pessoal consignado para trabalhadores do setor privado (+1,2 p.p.).

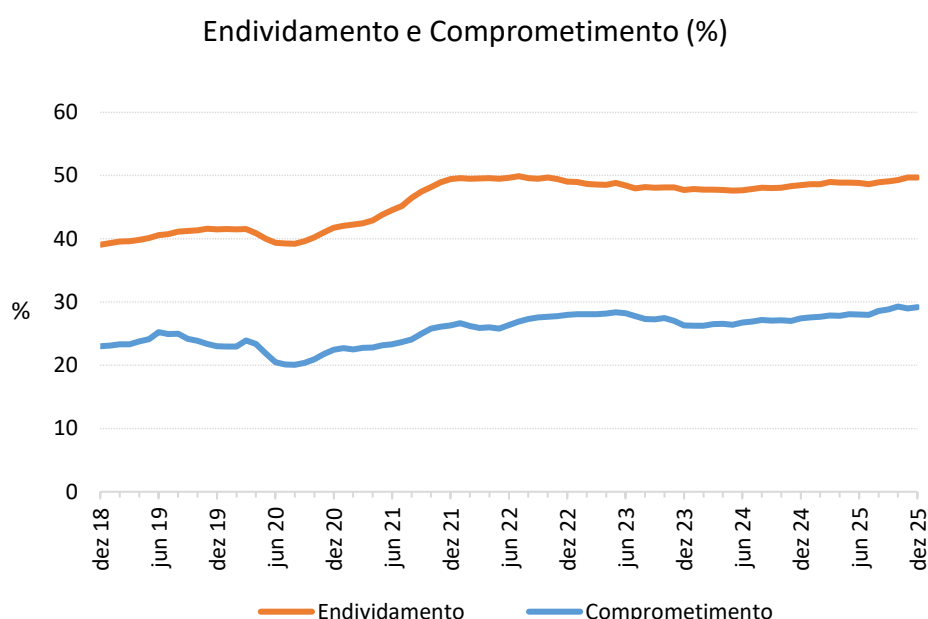
Crédito com Recursos Livres

	Taxas médias de juros (% a.a.)		Variações mensais (p.p.)		
	dez/25	jan/26	Efeito Taxa	Efeito Saldo	Total
Pessoa Física	60,1	61,0	0,3	0,6	0,9
Pessoa Jurídica	23,6	25,2	1,1	0,5	1,6
Total	46,6	47,8	0,6	0,6	1,2

O Indicador de Custo do Crédito (ICC), que mede o custo médio de todo o crédito do SFN, atingiu 23,6% a.a., elevando-se 0,3 p.p. no mês e subindo 1,6 p.p. em 12 meses.

A inadimplência da carteira de crédito total do SFN aumentou 0,2 p.p. no mês, alcançando 4,2%. A inadimplência do crédito às empresas aumentou 0,2 p.p., assim como no crédito às famílias (+0,2 p.p.), situando-se respectivamente em 2,6% e 5,2%.

No crédito com recursos livres, a inadimplência aumentou 0,1 p.p no mês ao atingir 5,5%. Por segmento, a inadimplência da carteira de crédito livre às pessoas jurídicas cresceu 0,2 p.p., enquanto a de pessoas físicas permaneceu estável, situando-se em 3,3% e 6,9%, respectivamente.



O endividamento das famílias atingiu 49,7% ao final de 2025, após aumento de 1,3 p.p. em doze meses. O comprometimento de renda atingiu 29,2% em 2025, com variação positiva de 1,7 p.p. em 12 meses.

3. Agregados monetários

A base monetária somou R\$450,4 bilhões em janeiro, crescimento de 0,7% no mês e de 2,4% em doze meses. No mês, o volume de papel-moeda em circulação recuou 1% e as reservas bancárias se elevaram em 8,9%.

Entre os fluxos mensais dos fatores condicionantes da base monetária, apresentaram impacto expansionista as operações do Tesouro Nacional (R\$4,2 bilhões), as do setor externo (R\$4,2 bilhões) e os depósitos de instituições financeiras (R\$12,9 bilhões, determinados principalmente por liberações de recolhimentos de recursos de caderneta de poupança, +R\$1,8 bilhão, de depósitos a prazo em espécie, +R\$5,8 bilhões e de depósitos voluntários a prazo, +R\$4,3 bilhões). De maneira contracionista, atuaram as operações com derivativos (R\$42,5 bilhões) e as com títulos públicos federais (R\$12 bilhões, resultado de resgates líquidos de R\$90,6 bilhões no mercado primário e vendas líquidas de R\$102,6 bilhões no mercado secundário).

Os meios de pagamento restritos (M1) totalizaram R\$646,6 bilhões, redução de 2,7%, resultante do decréscimo de 2,5% do papel-moeda em poder de público e de 2,9% dos depósitos à vista. Considerando-se dados dessazonalizados, o M1 avançou 4,9% no período.

Os agregados monetários no conceito M2 declinaram 1,0% no mês de janeiro, com saldo total de R\$7,3 trilhões, resultado do recuo de 0,8% nos saldos dos títulos privados emitidos por instituições financeiras, que totalizaram R\$5,7 trilhões. No período, o saldo de depósitos a prazo diminuiu 1,4%, totalizando R\$3,7 trilhões. O saldo da poupança contraiu 1,1%, após captações líquidas negativas de R\$23,5 bilhões. O saldo das letras financeiras (R\$ 686 bilhões) avançou 1,3%, enquanto o das letras de crédito (R\$1,1 trilhão) contraiu 0,4%.

O M3 diminuiu 0,2% na comparação com o mês anterior, totalizando R\$13,3 trilhões, refletindo, em parte, a queda do M2. Essa contração foi suavizada pelo aumento de 1,3% no saldo das quotas de fundos monetários, que totalizou R\$5,7 trilhões, em janeiro. As operações compromissadas com títulos públicos seguiram a mesma tendência e aumentaram 19,8%, enquanto as operações com títulos privados contraíram 26,4%. O M4 reduziu 0,8% no mês, totalizando R\$14,7 trilhões. Essa contração reflete, além da queda do M3, o recuo de 5,7% no saldo dos títulos federais em poder do público residente (R\$ 1,4 trilhão). Em 12 meses, a variação foi de 9,4%.